



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

06/01/2017 ATÉ 06/01/2017

INDÍCE

1	CNJ	
	1.1 BLOG MARDEN RAMALHO.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	2
3	EXECUÇÕES PENAIS	
	3.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	3
4	PRESIDÊNCIA	
	4.1 A CRÍTICA - ONLINE.....	4
	4.2 BLOG ALDIR DANTAS.....	5
	4.3 BLOG EDGAR RIBEIRO.....	6
	4.4 IMIRANTE.COM.....	7
	4.5 INTERNET - OUTROS.....	8
	4.6 SITE O ESTADÃO.....	9
	4.7 SITE O MARANHENSE.....	10
	4.8 SITE O PROGRESSO.....	11
5	SERVIDOR PÚBLICO	
	5.1 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	12
6	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	6.1 IMIRANTE.COM.....	13
7	VARA CRIMINAL	
	7.1 IMIRANTE.COM.....	14
8	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	8.1 BLOG DO MINARD.....	15

‘Segurança dos presos não é da competência do Judiciário’, diz presidente do TJ-AM

A declaração foi dada por Flávio Pascarelli após ser questionado sobre a responsabilidade do massacre nos presídios

05/01/2017 às 17:51 - Atualizado em 05/01/2017 às 18:05

“Não vou dizer a quem faltou cumprir papel. Mas a segurança dos presos não é da competência do Judiciário, é do Estado”, disparou o presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM) Flávio Pascarelli, após reunião com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia. A declaração foi dada após ser questionado sobre a responsabilidade do ocorrido no último domingo (1º) no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Jobim).

“A tragédia ocorreu numa unidade penitenciária de presos condenados. O que não diminui a tragédia, mas a justiça tinha cumprido seu papel, que era julgar”, completou Pascarelli. Para ele, num Estado onde 53% da população carcerária, de um universo de mais de 10 mil, são presos provisórios, a solução mais efetiva seria mutirões de audiências. “Estamos vendo isso a partir de uma ação coordenada com o Ministério Público e a Defensoria Pública”.

Ele também declarou que, quando o processo atrasa, nem sempre a culpa é do Judiciário. “Quando é marcada uma audiência com preso provisório, é preciso primeiro que o tragam ao tribunal, mas nem sempre isso acontece por alguma razão. Quando não é isso, alguma testemunha não comparece e é preciso reintimá-las”.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Estado que também ganhou destaque nacional por diversos registros de rebeliões e assassinatos no Complexo de Pedrinhas, em São Luís (MA), entre os próprios internos, sendo o último em setembro do ano passado, também se manifestou. “Na realidade todas as vezes que acontecem esses episódios em presídios, o Estado é responsável, porque o Estado é o responsável pela segurança do presídio. Evidentemente temos que ver as pessoas que são responsáveis no Estado por esses fatos”.

Reabertura da Vidal

O presidente do TJ-AM Flávio Pascarelli disse que a reativação da Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa também é uma das preocupações de Cármen Lúcia. O cancelamento das atividades na penitenciária foi recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde 2010. Em 2013, uma nova vistoria foi feita no local com ordem para fechar a cadeia, que só foi desativada em outubro de 2016.

Segundo Pascarelli, os responsáveis pelo sistema prisional informaram que esta é a única opção e que não havia outra alternativa. “A gente entende que foi uma única opção. Pelo que fui informado pelo Ministério Público, deve haver uma reforma em caráter de emergência na unidade”.

Ministro da Justiça afirma que os presídios estaduais estão em situação de risco e o Maranhão não está fora do contexto

06/01/2017 18:27:09

As declarações do Ministro Alexandre de Moraes foram feitas antes da chacina de Boa Vista - Roraima, registrada na madrugada de hoje (06), em que foram mortos 33 presos.

O ministro Alexandre de Moraes, da Justiça afirmou que todos os presídios estaduais no país, estão em situação de vulnerabilidade e correm riscos iminentes. Em todos existem falhas graves a partir da falta de pessoal qualificado para trabalhar com a população carcerária, tratamento menos indigno ao que vem sendo dado aos presos, a aplicação correta de recursos públicos, serviço de inteligência com uma efetiva prevenção e força para os casos de urgência. O ministro diz que por onde entra o celular, entra a arma branca e a de fogo, a droga, o dinheiro, a prostituição e tudo que interessa aos criminosos através da corrupção.

O ministro defende uma fiscalização constante em todas as unidades prisionais do país, principalmente no que concerne a aplicação dos recursos, seleção de detentos de acordo com a periculosidade, tratamento digno que não venham gerar violência dentro dos cárceres e próximo da humanização.

O posicionamento do ministro da justiça é bem procedente, principalmente que existem muitos discursos sobre ressocialização da população carcerária, tendo como referência casos isolados de grupos de detentos. Ao menor distúrbio dentro de qualquer unidade prisional ele se dispersa.

O caso das APACs, elas precisam ter analisados os seus serviços e casos que precisam ser investigados pelo STF, Ministério da Justiça, Tribunais de Justiça e Procuradorias Gerais de Justiça. Tem muito dinheiro envolvido e interesses, e os seus resultados são bastante inexpressivos.

No caso do Maranhão, muitos vícios que vieram desde as barbáries do governo passado, continuam como é o caso de antigos monitores envolvidos em corrupção e que eram pessoas da mais alta confiança do então irresponsável, incompetente e envolvido em corrupção, Secretário de Justiça e Administração Penitenciária. Alguns exerceram a direção de unidades prisionais e desviaram patrimônio público e que hoje estão na instituição contratados como agente penitenciário, mesmo a atual administração sabendo da pratica

criminosa deles. O Serviço de Inteligência do Sistema Penitenciário do Maranhão é o mesmo do tempo da barbárie e agora é ainda muito mais incompetente em relação ao passado.

A grande novidade é que as saídas temporárias autorizadas pela Vara das Execuções da Capital acabam contribuindo para diminuir a população carcerária, uma vez que em média 40 presos não retornam. As saídas para os dias das mães, dos pais e das crianças, semana santa e mais o natal, resultaram em que mais de 150 presos não retornaram ao cárcere, o que precisa ser analisado pela justiça. Grupos de presos se organizam para pedir saída temporária no carnaval. Justificam o direito de participar de retiros espirituais e naturalmente algumas escapadinhas para homenagear belzebu.

Presidente do STF cria comissão para fiscalizar todos os responsáveis por presídios no país

06/01/2017 18:24:15

Encontro de Cármen Lúcia com presidentes dos tribunais da Região Norte foi restrito à imprensa.

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, veio a Manaus e se reuniu, nesta quinta-feira (5), no Tribunal de Justiça do Estado (Tjam) com os presidentes dos tribunais de Justiça da Região Norte para criar uma comissão de juízes dos Estados, que deverão acompanhar e fiscalizar as autoridades responsáveis pelos presídios. O encontro abordou também as causas da crise penitenciária no Estado do Amazonas.

Durante a reunião foi firmada, ainda, uma tratativa do CNJ com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para viabilizar a realização de um novo censo da população carcerária no Brasil, com o intuito de obter conhecimento dos números reais de presos no país. Entre outras medidas que a imprensa não pôde ter acesso.

A reunião aconteceu a portas fechadas, no início da manhã, e teve quatro horas de duração. Além dos presidentes dos tribunais, também participaram do encontro o secretário de Segurança Pública do Estado (SSP-AM), Sérgio Fontes e integrantes dos ministérios públicos do Estado (MPE) e de Contas (MPC-AM). Logo após o término, a ministra Cármen Lúcia se retirou do prédio sem dar entrevistas às equipes de reportagem e retornou para a base área, onde embarcou de volta para Brasília.

O presidente do Tjam, desembargador Flávio Pascarelli, disse que a reunião teve o objetivo de discutir os problemas do setor penitenciário de Estados como Roraima, Rondônia e Tocantins, Amapá e Pará, que foram representados pelos presidentes dos tribunais. Pascarelli adiantou também que a ministra vai instituir um grupo especial para fazer a fiscalização e acompanhamento de todas as medidas que as autoridades irão tomar com relação às rebeliões.

"Assim que a portaria for elaborada, eles vão ter um prazo de 30 dias, para apresentarem algumas considerações em nome do CNJ. O problema não é só no Amazonas, temos um excedente penitenciário de 168%. Temos 10 mil presos para 3 mil vagas. A partir deste quantitativo, já dá para perceber o excedente".

O presidente do Tjam também reforçou a importância da presença do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Cleones Cunha, que participou da discussão e contribuiu com a sua experiência, que inclui a intervenção na rebelião, que aconteceu em setembro de 2016, no complexo de Pedrinhas em São Luís. "Procuramos soluções para entender o que aconteceu aqui (Manaus). Tínhamos

informações anteriores que era possível isso acontecer, os juízes eram ameaçados, todos sabem disso. O conhecimento da inteligência da Polícia Civil e do presídio indicavam que isso não aconteceria e, infelizmente, fomos surpreendidos com o que ocorreu".

De acordo com Cleones, a solução da segurança dos presídios não é de competência do judiciário, e sim do executivo. "Nós temos que executar a pena, obrigação de enxugar os processos e acabar com os presos provisórios. As condições dos presídios e a segurança dos presídios são de cumprimento do executivo. Sobre o caso daqui de Manaus, evidentemente, que tem que se investigar os culpados e julgá-los".

Decisão que será feita pelo Tjam, como afirmou Pascarelli, esperando não ser surpreendido também com relação às constantes ameaças a juízes por facções criminosas. "Temos em torno de 12 juízes protegidos pela polícia, pois todos têm conhecimentos das cartas de ameaças, inclusive eu fui ameaçado, mas, a Secretaria de Segurança Pública, nos informou que são falsas. De qualquer forma, irei manter as medidas de proteção para os colegas magistrados".

Vidal Pessoa

Sobre a transferência de detentos para a Cadeia Raimundo Vidal Pessoa, no Centro de Manaus, que estava desativada, Pascarelli informa que isso é uma preocupação da ministra, já que isso contraria uma determinação do CNJ. "Entendemos que não havia alternativa, foi tomada uma decisão de emergência e o que eu fui informado, pelo Ministério Público, é que, apesar das condições desfavoráveis, vai haver uma reforma para minorar o problema. Os próprios presos estão querendo ficar lá do que retornar para o Complexo Penitenciário Anísio Jobim", disse.

Fonte - Diogo Dias
Jornal EM TEMPO

Servidores de São Luís em disposição ou cessão têm até o dia 3 de fevereiro para se reapresentarem

06/01/2017 14:25:44

O Decreto Nº 48.766, de 04 de janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial do município no mesmo dia e já está em vigor. O prefeito Edivaldo revogou os atos de cessão ou disposição de servidores municipais, com ou sem ônus, a órgãos da Administração Direta, Indireta e Funcional dos governos Federal, Municipal, dos poderes Legislativo e Judiciário, bem como entidades de cunho social e cultural ou representantes de classe.

Os servidores deverão se reapresentar em um prazo de 30 dias improrrogáveis, a partir da publicação do ato, aos seus órgãos de origem. Ou seja, até o dia 2 de fevereiro. O decreto abrange, inclusive, servidores que prestam serviço a outros órgãos do município de São Luís.

A medida faz parte do pacote de ações para ajustar a máquina pública municipal.

Sindicato dos Rodoviários constata descaso em pontos finais de ônibus

06/01/2017 18:00:19

Ponto final sem nenhuma estrutura digna

Desde que assumiu a presidência do Sindicato dos Rodoviários, Isaías Castelo Branco tem cobrado dos empresários, melhores condições dos Pontos Finais das linhas de ônibus que circulam pela grande São Luís. Esse descaso, inclusive, já foi parar até na Justiça e é tema de diversas discussões.

No início da semana, denúncias relacionadas a precariedade do Ponto Final da linha de ônibus São Francisco, que fica em frente ao Hospital Carlos Macieira, novamente chegaram até a entidade. Cansados de esperar uma decisão da justiça, o Presidente e uma equipe de diretores do Sindicato foram até o Ponto Final e verificaram que a situação, realmente é grave. O local não possui sequer banheiros, para atender usuários e trabalhadores do sistema. Quem espera por um coletivo é obrigado a enfrentar o sol ou mesmo a chuva.

Diante do problema e sem outra alternativa, Isaías Castelo Branco e demais diretores impediram a saída dos ônibus da linha São Francisco, do Ponto Final. Os coletivos ficaram retidos até a empresa dar um posicionamento. Os empresários se comprometeram até a próxima semana, mudar o ponto para um local que ofereça uma estrutura adequada.

O Ponto Final ao lado do Terminal de Integração da Praia Grande, também foi alvo de fiscalização do Sindicato dos Rodoviários. Por lá, a estrutura também é precária. A SMTT também esteve no ponto e informou que iniciará a reforma de um imóvel que existe na área, onde funcionava parte do Circo da Cidade, para que possa servir de Ponto Final e atender adequadamente as linhas de ônibus.

"Há algum tempo, o Sindicato dos Rodoviários, luta na justiça, pela melhoria dos Pontos Finais das linhas de ônibus que circulam na capital. Hoje 90% desses locais estão em condições precárias. As empresas, que são responsáveis por essas estruturas, pouco têm feito, por isso resolvemos adotar medidas extremas, retendo os coletivos. Ao longo do mês de Janeiro, continuaremos percorrendo os Pontos Finais de São Luís. Não vamos mais permitir que a nossa categoria e até usuários do transporte público, se submetam a esse tipo de humilhação, recorrendo a Pontos Finais, que nem banheiros existem, para atender qualquer pessoa, no caso de uma necessidade", revela Isaías Castelo Branco, Presidente do Sindicato dos Rodoviários do Maranhão.

O post [Sindicato dos Rodoviários constata descaso em pontos finais de ônibus](#) apareceu primeiro em [Blog do Minard](#).

Ações do judiciário maranhense leva a ministra Carmem Lúcia a convocar presidente do TJMA para participar de reunião sobre situação carcerária no AM

O presidente do TJMA, Des. Cleones Cunha foi convidado para participar da reunião convocada pela presidente do STF, ministra Cármem Lúcia, com presidentes de Tribunais do Norte para discutirem soluções para situação carcerária no AM. A reunião foi realizada quinta-feira (5), em Manaus (AM).

A rebelião ocorrida no último dia 1º de janeiro no presídio Anísio Jobim, na capital amazonense, com a morte de 56 detentos, foi a motivação do encontro.

Em razão do TJMA já ter gerenciado crise no seu Sistema Carcerário, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármem Lúcia, convocou o desembargador maranhense para opinar sobre o assunto, juntamente com os presidentes de Tribunais de Justiça da Região Norte.

No encontro, o presidente do TJMA apresentou todos os dados estatísticos relacionados ao sistema prisional maranhense, demonstrando que, em comparação com outros Estados, a situação do Sistema Carcerário do Maranhão é controlável. “Sabemos que a situação dos presídios brasileiros é complicada. Aqui no Maranhão, nesses dois últimos anos a situação é estável e estamos melhores que se compararmos com os Estados do Amazonas e Pará, que são os maiores da região Norte”, comentou o desembargador Cleones Cunha.

Ele mostrou para a ministra Carmem Lúcia os dados da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, relativos a novembro de 2016, no Maranhão. Onde há um total de 12.082 presos. Desses, 4.124 em unidades prisionais da capital, 3.727 em unidades do interior, 276 em APAC's e 1.130 em delegacias do Estado, além de 2.825 no regime aberto. Em relação à situação dos presos, 5.007 são provisórios e 7.075 definitivos, já

em cumprimento de pena.

A rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus (AM) durou mais de 17h. Foram confirmadas 56 mortes pelo Governo do Estado. O complexo tem capacidade para abrigar 1.224 presos, está localizado na BR 174, que liga Manaus a Boa Vista, e a unidade prisional onde foi iniciado o motim tem capacidade de abrigar 454 presos, estando superlotada.

Para evitar situação semelhante, a Corregedoria da Justiça do Maranhão, o TJMA e o Governo do Estado tem trabalhado juntos em parceria e tomado medidas necessárias à estabilidade do Sistema Carcerário maranhense.

Em setembro/2016, a Corregedora Anildes Cruz assinou Termo de Cooperação Técnica com a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), coordenada pelo desembargador Froz Sobrinho, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/MA) e Delegacia Geral de Polícia Civil durante cerimônia na CGJ.

Já em novembro/2016, o Presidente Cleones Cunha e a Corregedora Anildes Cruz assinaram Termo de Cooperação Técnica que garante a troca de informações entre o Judiciário, MPE e o Executivo para combate ao crime.

A corregedora Anildes Cruz ressalta a participação efetiva do desembargador Froz Sobrinho no acompanhamento e monitoramento do sistema carcerário e enfatiza que esses termos de cooperação é resultado do esforço conjunto entre o Poder Judiciário, órgãos de segurança do Estado, e demais instituições envolvidas, para o combate à criminalidade e agilidade processual. "O Sistema de Segurança do Estado entrou em um novo momento com essa parcerias. E a partir de agora, com mais eficiência, agilidade e segurança na tomada de decisões", assinalou a desembargadora corregedora.

Maranhão é o estado com menor déficit de vagas no sistema carcerário

06/01/2017 05:00:00

O Maranhão é o estado brasileiro com menor déficit de vagas no sistema carcerário: 19,5%. Os dados são do levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ainda de acordo com o Conselho, o Estado dispõe atualmente de 6.919 vagas em todos os estabelecimentos prisionais, com 8.270 internos.

O ranking dos déficits apresenta dados relativos para cada estado. Nesse caso, considera-se o total de presos e o total de vagas em cada estado e o seu respectivo déficit proporcional. Pernambuco lidera a lista com um déficit de mais de 200%. Ou seja, para cada vaga disponível nos presídios e delegacias do estado existem três presos. O Distrito Federal vem em segundo lugar com um déficit proporcional de 94%. Em todo país, a média é de 63%.

Uma série de investimentos foi a resposta do atual Governo do Estado para a superlotação que se arrastou por décadas no sistema prisional do Maranhão. Todas as ações realizadas são pautadas na Lei de Execuções Penais (LEP), e visam melhorar o sistema carcerário do Estado, dispendo de condições apropriadas para a permanência dos internos. Em apenas seis meses, o Estado concluiu a construção de seis presídios das cidades de Açailândia, Balsas, Imperatriz, Pedreiras e Pinheiro.

Segundo o secretário de Administração Penitenciária (Seap), Murilo Andrade de Oliveira, o cronograma de obras de novas unidades do sistema prisional, que faz parte do Termo de Compromisso firmado em junho de 2015 entre o governador do Maranhão, Flávio Dino e o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Enrique Ricardo Lewandowski, já foi cumprido em boa parte. "São obras de reforma, ampliação, e construção de novas unidades prisionais, no interior do estado, para combater a superlotação. Das 1.840 vagas propostas, até o momento, já foram abertas 946 novas vagas no sistema prisional maranhense (51%)", destacou o secretário.

"As unidades prisionais do interior não eram dignas de um ser humano cumprir sua pena. Hoje, ao contrário, mesmo com todas as dificuldades, a realidade é outra. E não me refiro apenas à parte estrutural, mas principalmente ao cuidado e ao profissionalismo que os servidores têm com os internos. A prova disso é que, em vez de rebelados, nossos internos estão trabalhando", destacou o titular da Seap.

Revitalização do Complexo Penitenciário São Luís

Com a mão-de-obra dos próprios internos, que trabalham na fábrica de blocos de concreto, o antigo aglomerado prisional conhecido como 'Pedrinhas' foi pavimentado com mais de 110 mil peças e recebeu o serviço de paisagismo. Foi recuperada a parte hidráulica, reformadas as áreas administrativas e construídas áreas de visitação social e de vivência infantil.

"Construímos novas guaritas; ampliamos os muros de segurança, agora duas vezes maiores que antes. Essas e outras ações são a prova do investimento feito pelo Governo do Estado. A partir de agora a ordem é seguir qualificando a gestão, para muito mais avanços no sistema prisional", explicou o secretário Murilo Andrade.

A nova administração penitenciária do Estado também criou uma entrada única do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, equipada com Body Scan (escaner corporal), que traz mais eficiência na inspeção de ilícitos e o fim da revista vexatória.

Presidente do TJMA participa de reunião sobre situação carcerária em Manaus

06/01/2017

Desembargador Cleones Cunha foi convidado para participar da reunião convocada pela presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, com presidentes de tribunais do Norte

Presidentes de tribunais de Justiça com a ministra Cármen Lúcia (Foto: Divulgação)

Diante do histórico de problemas com o sistema prisional no Estado, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, foi um dos convidados a participar da reunião sobre sistema penitenciário convocada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, realizada ontem, em Manaus (AM). Uma rebelião ocorrida no último dia 1º de janeiro no presídio Anísio Jobim, na capital amazonense, com a morte de 56 detentos, foi a motivação do encontro, que reuniu todos os presidentes de tribunais de Justiça da Região Norte e o do Maranhão.

“Sabemos que a situação dos presídios brasileiros é complicada. Aqui no Maranhão, nesses dois últimos anos a situação é estável e estamos melhores que se compararmos com os Estados do Amazonas e Pará, que são os maiores da região Norte”, comentou o desembargador Cleones Cunha. Ele apresentou todos os dados estatísticos relacionados ao sistema prisional maranhense durante a reunião, assim como os demais presidentes dos Tribunais.

Presos

De acordo com os dados da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, relativos a novembro de 2016, no Maranhão há um total de 12.082 presos. Desses, 4.124 em unidades prisionais da capital, 3.727 em unidades do interior, 276 em APAC's e 1.130 em delegacias do Estado, além de 2.825 no regime aberto. Em relação à situação dos presos, 5.007 são provisórios e 7.075 definitivos, já em cumprimento de pena.

A tragédia em Manaus (AM), de acordo como o presidente do TJAM, Flávio Pascarelli, relatou na reunião, foi anunciada. “A preocupação é grande e a ministra Cármen Lúcia constituiu um grupo que acompanhará toda a apuração da tragédia anunciada, tendo sido o próprio presidente do Tribunal do Amazonas ameaçado em cartas que saíram de dentro do presídio”, comentou o desembargador.

A rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus (AM) durou mais de 17h. Foram confirmadas 56 mortes pelo Governo do Estado. O complexo tem capacidade para abrigar 1.224 presos, está localizado na BR 174, que liga Manaus a Boa Vista, e a unidade prisional onde foi iniciado o motim tem capacidade de abrigar 454 presos, estando superlotada.

À frente do STF e CNJ, a ministra Cármen Lúcia demonstra grande preocupação com a questão carcerária nacional, tendo alertado para os problemas na área durante reunião com o presidente Michel Temer e o presidente do Senado, Renan Calheiros, em reunião realizada em outubro de 2016, em que discutiram um plano nacional de segurança pública.

Número de mortes violentas em presídios ficou acima da média, em 2016, no Maranhão

06/01/2017 às 08h59

No estado há um total de 12.082 presos, de acordo com os dados da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão

Oito mortes violentas ocorreram em presídios do Maranhão em 2016 (Foto: Flora Dlores)

SÃO LUÍS O Maranhão foi o 14º estado com o maior número de mortes violentas em presídios em 2016, de acordo com levantamento divulgado pela Globo.com.

Foram oito óbitos no ano passado, ficando acima da média brasileira de dados para cada 100 mil.

Conforme a pesquisa, o Brasil teve 379 mortes violentas registradas dentro dos presídios no ano passado. A taxa média nacional de mortes violentas é de 5,6 e, com os

oito óbitos registradas no Maranhão, o estado apresentou proporção de 9,8. Roraima teve a maior taxa média do país (62,6), seguido por Rio Grande do Norte (37,6) e

Piauí (28,6). Os números foram repassados pelos governos estaduais e do Distrito Federal.

Presos

De acordo com os dados da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), relativos a novembro de 2016, no Maranhão há um

total de 12.082 presos. A situação prisional do estado foi relatada em reunião convocada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia.

Dos 12 mil, 4.124 estão em unidades prisionais da capital, 3.727 em unidades do interior, 276 em APAC's e 1.130 em delegacias do Estado, além de 2.825 no regime

aberto. Em relação à situação dos presos, 5.007 são provisórios e 7.075 definitivos, já em cumprimento de pena. Facções

Em entrevista a revista Exame, o pesquisador sênior da organização internacional de direitos humanos Human Rights Watch, César Muñoz, que já produziu relatórios

sobre presídios no Maranhão e em Pernambuco, afirmou que as organizações criminosas da capital maranhense surgiram dentro do Complexo Penitenciário de

Pedrinhas. As duas principais facções são o Bonde dos 40 e o Primeiro Comando do Maranhão (PCM). Muñoz disse que, além de dominar os presídios do estado, os criminosos agora se dividem em bairros de São Luís. "O que acontece nos presídios tem um impacto fora.

negligência do Estado é muito grave porque tem um impacto sobre a segurança geral do país", disse.

NÚMEROS

8 mortes violentas em 2016

12.082 presos no Maranhão

4.124 estão em unidades prisionais da capital

3.727 em unidades do interior

276 em APAC's

1.130 em delegacias do Estado

5.007 são provisórios

7.075 são definitivos

Homem que matou irmão é liberado pela Justiça

A liberação foi dada durante Audiência de Custódia, realizada dois dias após o crime.

IMIRANTE IMPERATRIZ

06/01/2017 às 12h05

Paulino da Silva foi preso logo em seguida e confessou o crime. - Divulgação /Polícia Civil

IMPERATRIZ - Paulino da Silva, de 42 anos, suspeito de ter matado o irmão João Barbosa Silva Neto, de 29 anos, na última quarta-feira (4), foi liberado pela Justiça. A liberação foi dada durante Audiência de Custódia, realizada dois dias após o crime.

A decisão foi da juíza em exercício de plantão, da 3ª Vara Criminal de Imperatriz, Ana Lucrécia. A juíza determinou o uso tornozeleira eletrônica. Na interpretação de Ana Lucrécia, Paulino não representa ameaça ao processo de investigação, já que entregou a arma do crime e não apresentou resistência à prisão.

Paulino é acusado de ter matado o irmão com uma facada, durante uma briga na avenida Santa Tereza. Ele ainda tentou, fugir, mas acabou sendo preso minutos depois. Durante a prisão, ele entregou a arma do crime e confessou, visivelmente abalado, a autoria do assassinato.

De acordo com a polícia, antes de desferir o golpe de faca, Paulino teria sido agredido pelo irmão, com uma "capacetada" na cabeça e a facada teria sido em reação a este golpe dado pelo irmão que acabou morto. Toda a briga foi presenciada pelo filho de Paulino, de apenas 10 anos.

A juíza Ana Lucrécia informou que Paulino não possui antecedentes criminais e que nos autos do processo, não consta qualquer registro de violência. Com a medida, Paulino vai responder pelo crime em liberdade, mas será monitorado e está proibido de sair de Imperatriz, dentre outras restrições impostas pela Justiça.

Pacote requeitado de Temer reduziria só 0,4% do deficit de vagas em prisões

No mesmo dia em que a presidente do Supremo Tribunal Federal passou três horas em Manaus e [anunciou apenas a criação de grupo de trabalho](#) para solucionar o caos do sistema carcerário local, o governo Michel Temer (PMDB) divulgou medidas requeitadas que, se efetivadas, irão reduzir em apenas 0,4% o atual deficit de vagas no superlotado sistema carcerário do país.

A promessa de Temer é [construir cinco novos presídios federais de segurança máxima](#), com capacidade total para pouco mais de 1.000 vagas. Isso não supriria nem o deficit de 5.438 vagas do Amazonas, onde [56 presos foram assassinados](#) no início da semana em presídio do Estado.

Segundo o governo, a licitação para a construção das unidades prisionais será feita imediatamente, mas ele não deu prazo para a entrega das novas carceragens federais.

Em todo o país, segundo último balanço do governo federal, de 2014, são 622,2 mil presos para 371,9 mil vagas, o que representa um deficit de 250,3 mil vagas -cada presídio federal tem, em média, capacidade para 208 presos.

O governo anunciou R\$ 200 milhões para as obras das cinco novas unidades carcerárias e outros R\$ 230 milhões para aprimoramento do sistema de segurança de presídios estaduais, sendo R\$ 150 milhões para transferência de tecnologia de bloqueadores de celulares e R\$ 80 milhões para compra de scanners corporais. Todos esses recursos, porém, já fazem parte do Orçamento do governo para 2017.

Desde a matança de Manaus, o governo tem se esquivado de responsabilidade. Primeiro culpou o governo do Amazonas, por já ter [ciência de um plano de fuga dos presos](#), e nesta quinta [apontou o dedo para a empresa Umanizzare](#), que administra o presídio palco do massacre. "Não é possível que entrem armas brancas e de fogo na unidade prisional", disse o ministro Alexandre de Moraes (Justiça).

Segundo ele, somado ao investimento de R\$ 1,2 bilhão do [fundo penitenciário](#) prometido na semana passada, será possível criar um total de cerca de 30 mil novas vagas em unidades prisionais no país.

Reportagem da **Folha** desta quinta mostrou que o país teve, em média, no ano passado, um [assassinato de presos por dia no sistema carcerário](#). A barbárie nas prisões ganhou nova repercussão no início da semana, com o caso do Amazonas, o que colocou Temer sob pressão.

O presidente, em um primeiro momento, [não quis se manifestar diretamente sobre o caso](#). Só falou nesta quinta, mais de três dias após a matança, na abertura de reunião sobre a crise carcerária.

Na fala, ele [chamou o massacre de "acidente pavoroso"](#), se solidarizou com as famílias dos presos assassinados e repetiu o discurso de responsabilizar a empresa privada que administra o presídio.

O uso do termo "acidente" ao se referir ao massacre foi alvo de críticas e, horas depois, o próprio presidente usou uma rede social para [se defender e justificar a escolha](#). Em curto texto, enumerou sinônimos de "acidente", entre eles "tragédia, perda, desastre, desgraça e fatalidade".

Enquanto isso, em Manaus, a presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Cármen Lúcia, passou três horas reunida com presidentes dos tribunais de Justiça de Estados do Norte e do Maranhão. Ao final, porém, não deu declarações e somente foi anunciada a criação de um grupo do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para "fiscalizar" o cumprimento de medidas prometidas por autoridades do Estado para melhorias no sistema penitenciário. O grupo será formado em 30 dias e deverá ter representantes de outros órgãos.

Valdenice Amorim teve rompimento de aneurisma desde novembro, mas nenhum hospital público da capital realiza o procedimento ou tem leito disponível para receber a paciente, que está no?Socorrão I.

Desde 26 de dezembro Valdenice Oliveira Amorim luta pela sua vida. Nesse dia, a mulher, de 45 anos, teve o rompimento de um aneurisma cerebral e deu entrada às pressas no Hospital Djalma Marques, o Socorrão 1. Com um vaso rompido, ela foi direto para a UTI e precisou passar por vários exames para avaliar a gravidade de seu estado. Hoje, depende de uma cirurgia para sobreviver, mas os hospitais públicos da cidade não têm condições de realizar o procedimento. A complicação toda começou no Socorrão I, que não tinha os equipamentos necessários para realizar os exames preliminares. Então, ela teria que ir para o Hospital Universitário Presidente Dutra, cuja máquina está quebrada. Sem condições de realizar o procedimento em um hospital público, a família, segundo Michele Amorim, sobrinha de Valdenice Amorim, precisou fazer uma coleta para pagar o exame em um hospital particular. Com os exames em mãos, ficou comprovada a gravidade do caso e a necessidade de realizar a cirurgia. Só que o Socorrão não realiza este tipo de intervenção? o Hospital Dutra, federal e referência no Maranhão nesse tipo de situação, não tem leito? o municipal Hospital da Mulher, que também poderia fazer a cirurgia, não tem material e o Carlos Macieira, da rede estadual, também alega não ter leitos disponíveis. “Minha tia é jovem, só tem 45 anos e está morrendo. Já estouraram três vasos, ela perdeu o movimento do lado direito e no Socorrão I, onde ela está, não se tem muito o que fazer”, afirmou Michele Amorim. Justiça A família resolveu, então, procurar a Justiça para conseguir a cirurgia e garantiu duas liminares, uma estadual e outra federal, obrigando o poder público a realizar o procedimento. Mas, até o momento, nenhum órgão público, em nenhuma das esferas, se pronunciou sobre o caso. O mais intrigante é que a liminar garante que, em caso de não haver vagas em hospitais públicos, o atendimento será em um hospital particular, com todo o custeio pago pelo governo. De acordo com Michele Amorim, há vaga em um hospital particular da cidade para atender ao caso de sua tia. “O procedimento custa R\$ 200 mil, mas nós não temos esse dinheiro. Então, estamos procurando uma forma de garantir que ela continue viva”, finalizou.

Presidente do STF cria comissão após massacre em Manaus

06/01/2017 GUERRA ENTRE FACÇÕES

A presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Carmen Lúcia, se reuniu com os presidentes dos tribunais de Justiça da região Norte e do Maranhão para discutir a relação de cada estado. Segundo Flavio Pascarelli, presidente do TJ do Amazonas, ela criou uma comissão no Conselho Nacional de Justiça que vai tratar do problema do sistema penitenciário em todo o Brasil.

Presidente do TJMA participa de reunião sobre situação carcerária em Manaus (AM)

06/01/2017 06:00:23

Diante do histórico de problemas com o sistema prisional no Estado, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, foi um dos convidados a participar da reunião sobre sistema penitenciário convocada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármem Lúcia, realizada nesta quinta-feira (5), em Manaus (AM). Uma rebelião ocorrida no último dia 1º de janeiro no presídio Anísio Jobim, na capital amazonense, com a morte de 56 detentos, foi a motivação do encontro, que reuniu todos os presidentes de Tribunais de Justiça da Região Norte e o do Maranhão.

"Sabemos que a situação dos presídios brasileiros é complicada. Aqui no Maranhão, nesses dois últimos anos a situação é estável e estamos melhores que se compararmos com os Estados do Amazonas e Pará, que são os maiores da região Norte", comentou o desembargador Cleones Cunha. Ele apresentou todos os dados estatísticos relacionados ao sistema prisional maranhense durante a reunião, assim como os demais presidentes dos Tribunais.

De acordo com os dados da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, relativos a novembro de 2016, no Maranhão há um total de 12.082 presos. Desses, 4.124 em unidades prisionais da capital, 3.727 em unidades do interior, 276 em APAC's e 1.130 em delegacias do Estado, além de 2.825 no regime aberto. Em relação à situação dos presos, 5.007 são provisórios e 7.075 definitivos, já em cumprimento de pena.

A tragédia em Manaus (AM), de acordo como o presidente do TJAM, Flávio Pascarelli, relatou na reunião, foi anunciada. "A preocupação é grande e a ministra Cármem Lúcia constituiu um grupo que acompanhará toda a apuração da tragédia anunciada, tendo sido o próprio presidente do Tribunal do Amazonas ameaçado em cartas que saíram de dentro do presídio", comentou o desembargador maranhense.

A rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus (AM) durou mais de 17h. Foram confirmadas 56 mortes pelo Governo do Estado. O complexo tem capacidade para abrigar 1.224 presos, está localizado na BR 174, que liga Manaus a Boa Vista, e a unidade prisional onde foi iniciado o motim tem capacidade de abrigar 454 presos, estando superlotada.

À frente do STF e CNJ, a ministra Cármem Lúcia demonstra grande preocupação com a questão carcerária nacional, tendo alertado para os problemas na área durante reunião com o presidente Michel Temer e o presidente do Senado, Renan Calheiros, em reunião realizada em outubro de 2016, em que discutiram um plano nacional de segurança pública.

Prefeitura e OAB Imperatriz firmam vínculo em solenidade

Procurador adjunto do município, Bruno Caldas, foi nomeado para fazer essa ligação entre as entidades

Nessa quinta-feira (05), foi realizada, na Prefeitura Municipal de Imperatriz, uma solenidade entre o prefeito Assis Ramos e o presidente da OAB Subseção Imperatriz, Dr. Heleno Mota, e sua diretoria, com o objetivo de reforçar o vínculo com a nova gestão da cidade.

Na oportunidade, foi nomeado o procurador geral adjunto do município, Dr. Bruno Caldas, indicação direta da OAB Subseção Imperatriz, que fará esse elo entre as instituições e trabalhará diante da demanda dentro da classe de advogados na região.

O novo prefeito da cidade, Assis Ramos, ressaltou a importância dessa ligação sendo consolidada oficialmente. "O objetivo é valorizar sempre as instituições da cidade, ter esse bom relacionamento em prol da sociedade, e a OAB é uma instituição extremamente importante e essencial para a justiça, e para todos nós é muito importante essa aproximação. Ambas as partes só tendem a ganhar".

O presidente da OAB Imperatriz, Heleno Mota, comentou o que esse elo entre as entidades busca para o futuro. "A ação visa a democratização das instituições, além de valorizar e mostrar a atuação das entidades de classe no atual governo, primando pela competência técnica e fortalecimento da democracia na gestão municipal".

Bruno Caldas, que foi nomeado procurador adjunto do Município, também reforçou a relevância da solenidade junto à classe de advogados. "Esse ato é muito importante, pois é permitida a participação da OAB, estando sempre disposta a atuar em tudo o que for solicitado pelos projetos de governabilidade municipal". (Assessoria de Comunicação)